

Ilha Grande: simbolismos e mitos que construíram um santuário ecológico*

Saete Rodrigues de Alcântara*

RESUMO

As razões que levam os homens à contemplação da natureza e à constante busca de uma relação harmoniosa com o meio podem ser encontradas a partir da Antigüidade, através de uma Geografia mais imaginária que real. É nesse contexto que vemos o nascimento das idéias a respeito do isolamento que a ilha oferece, representando um refúgio, um ambiente

de harmonia e felicidade, enfim, um paraíso a ser preservado. E é nessa linha de pensamento que apresentamos aqui uma tentativa de entender a preocupação em transformar a Ilha Grande, situada no Rio de Janeiro, em nosso "santuário ecológico".

PALAVRAS-CHAVE:

Ilha Grande; Ecologia; Imaginário; Mitos; Ilhas.

INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, vê-se crescer a preocupação com a conservação de ambientes naturais, pensando-se em sua utilização pelas gerações futuras. Neste sentido, compreende-se que tal preocupação não pode deixar de existir numa área tão importante quanto é a Ilha Grande para o Estado do Rio de Janeiro. O questionamento que constitui objeto maior deste trabalho, é o porque de tamanha importância concedida às idéias de conservação para uma área relativamente tão pequena de nosso estado. Enfim, porque a preocupação de transformar a Ilha Grande num verdadeiro "santuário ecológico"?

A noção de mito naturalista, da natureza intocada, do mundo selvagem diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado "puro" até anterior

ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma proteção total. (Diegues, 1995, p.165)

A Ilha Grande, situada no Município de Angra dos Reis, por si só, se destaca por sua beleza natural e diversidade de ecossistemas. A Ilha conta com um grande e variado número de unidades de conservação criadas com o objetivo de impedir a degradação ambiental e, quando possível, promover o turismo ecológico, orientando-o para o uso racional daquele meio. Apesar da superposição de instrumentos legais que visam garantir a conservação dos ecossistemas da Ilha, a realidade é bem diversa. Falta, na maioria das vezes, investimentos do setor público em infra-estrutura, na orientação aos visitantes e nos

equipamentos que possibilitem a fiscalização (Alcântara, 1999b).

As proposições conservacionistas fundamentadas na reprodução de ecossistemas “naturais” em equilíbrio permanente não consideram que é impossível anular a ação humana sobre os mesmos, mas apenas regulá-la. Ignoram portanto, um pressuposto essencial, qual seja, o de que o ambiente é o resultado da interação da lógica da natureza e da lógica da sociedade. (Bressan, 1996, p. 45)

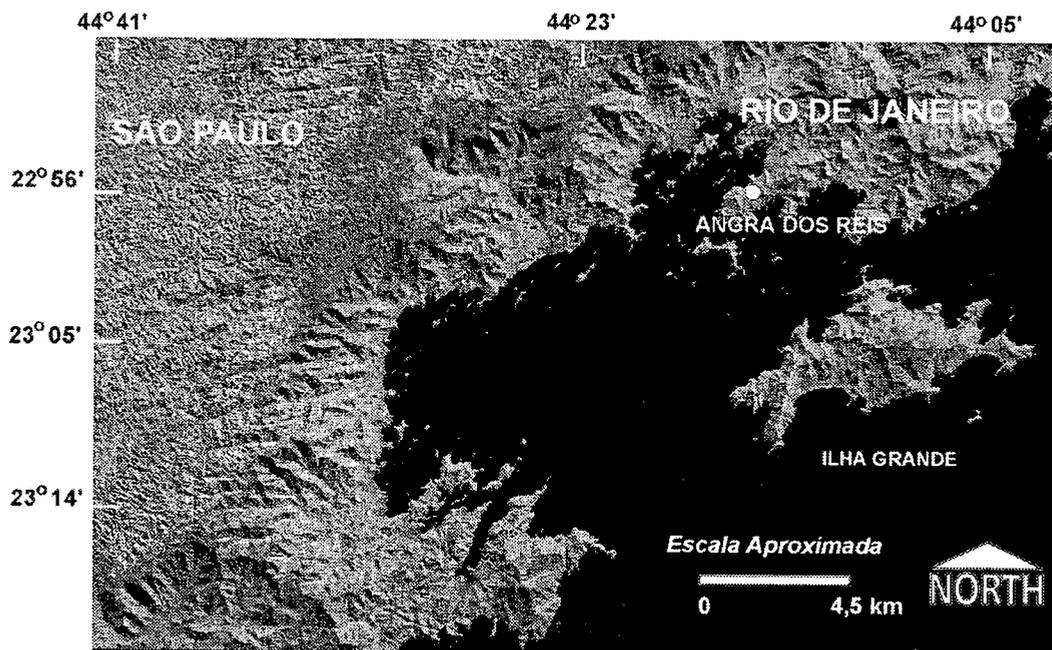
O que este estudo pretende enfatizar é que todo esse conjunto de unidades conservacionistas não surgiu por acaso, ao contrário, tem uma longa história que a precede e mistura elementos de diversas idéias sobre a natureza e as nossas relações com ela. Essa história ajudou a construir a idéia de Ilha Grande como o “ultimo paraíso”, a “fronteira intocada”, enfim o “santuário ecológico”, por excelência, do Estado do Rio de Janeiro (Alcântara, 2000, p.108).

DEFININDO “SANTUÁRIO ECOLÓGICO”

O significado do que se entende como “santuário” neste trabalho remonta a elementos de uma “Geografia Mítica ou do Imaginário”, encontrando diferentes visões do homem quanto aos ambientes insulares. Na mitologia grega, por exemplo, as ilhas estavam envolvidas em mistério, onde os homens precisavam superar obstáculos, vencer a fúria do mar e, finalmente, encontrar no ambiente insular um local de refúgio; ou a ilha como um paraíso onde os homens eram livres, felizes, onde não precisavam trabalhar, pois a natureza era extremamente generosa, o solo fecundo e a paisagem exuberante.

As referências geográficas desde o século VI até o século XI tiveram base comum na Antiguidade Clássica, assim como na “literatura de viagens” e na “literatura das maravilhas”. Mitos geográficos, países, raças e coisas maravilhosas foram ainda produzidos durante a Idade Média e o Renascimento, formando uma Geografia e uma

MAPA DE LOCALIZAÇÃO



Fonte: Adaptado de Muehe & Valentini, 1998.

Cartografia de lugares maravilhosos mescladas a uma ótica mais realista da Geografia.

Um exemplo representativo da Geografia Fantástica produzida na época dos pré-descobrimentos é o relato de Mandeville, em que se misturam descrições geográficas, terras, animais e criaturas lendárias.

O ideal de “harmonia” varia conforme o tempo e o lugar. Longe de ser uma idéia moderna, a noção de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza tem evoluído na sua forma, desde a remota Antigüidade até a época contemporânea (Freitas, 1996).

Este ideal pode ser encontrado, por exemplo, nos mitos greco-romanos de uma “Idade do Ouro”, no mito judaico-cristão de um “Paraíso Perdido” e da expulsão do homem deste e mesmo nos relatos de viajantes europeus dos séculos XVIII e XIX, onde a idéia de harmonia na natureza e no cosmos remete imediatamente à idéia de um Deus criador.

O mito da “Idade do Ouro”, por exemplo, relata uma era em que deuses e homens conviviam estreitamente e na qual todas as necessidades humanas eram plenamente satisfeitas pela natureza. Esta imagem, constante presença na literatura clássica, encontra sua perfeita tradução na lenda do continente paradisíaco de Atlântida.

A tradição judaico-cristã nos fala do Paraíso perdido, dos jardins do Éden, um lugar de delícias desfrutados pela humanidade – representados por Adão e Eva – nele vivendo simplesmente, em comunhão com Deus, e onde todas as suas necessidades eram providas. A expulsão do homem desse paraíso obriga-o a sobreviver do próprio trabalho e esforço, passando, a partir daí, a conhecer toda sorte de sofrimento.

Nos séculos XVII e XVIII, o relato de exploradores europeus sobre terras e povos recém-descobertos mostram à Europa a natureza e o homem de tais terras convivendo em completa harmonia, ou seja, em coexistência radicalmente diversa da realidade européia. Tais relatos vão encontrar ressonância nos antigos mitos de uma

“humanidade feliz” vivendo em algum tipo de paraíso. Tais relatos descrevem (e até mesmo fantasiam) a exuberância da natureza destas terras, seus supostamente inesgotáveis recursos, a simplicidade e a harmonia de seus habitantes com a natureza.

Um exemplo disto é a descrição feita por Louis Antonie de Bougainville das ilhas do Tahiti, mostradas como um oásis paradisíaco, uma nova utopia que mistura o sentimentalismo setecentista, os sonhos filosófico-religiosos, o cansaço do europeu civilizado e as recordações da Antigüidade. Bougainville ressalta a beleza e a receptividade do povo, o encanto da paisagem. Ele mesmo se sentia transportado ao jardim do Éden e tinha a impressão de ter encontrado uma humanidade feliz, observando um povo que conservava hábitos simples e que não conhecia a propriedade, nem leis, nem reis (Freitas, 1996).

No contexto do século XVIII, a “ilha” era ainda concebida como um refúgio, um lugar capaz de oferecer segurança e abrigo, onde a água jorrava em abundância das muitas nascentes em seu estado natural, e a beleza de suas águas cristalinas refletia a exuberante vegetação local. Um lugar a ser admirado pelo encanto dos seus bosques, suas grutas, pela imensidão do mar azul, da beleza do pôr-do-sol. Um lugar a ser descoberto, passo a passo, e onde se buscava, por vezes, encontrar tesouros escondidos (Alcântara, 1999a).

SIMBOLISMO E MITOLOGIA INSULAR

O mundo insular adquire diferentes significados, que variam no decorrer da História, dependendo da realidade de suas sociedades, podendo ser descrito, segundo Diegues (1998), como um “mundo em miniatura”, “centro espiritual primordial”, “imagem completa e perfeita do Cosmos”, “inferno e paraíso”, “refúgio” e “útero materno”.

Se, esse mundo insular é percebido como lugar paradisíaco, “reduto” do mundo selvagem,

uma localidade exótica utilizada para o lazer, onde podem ser feitas importantes descobertas, à procura de fragmentos de um paraíso, visto por alguns como santuário intocado, devemos saber que tais idéias estão profundamente enraizadas na própria história do pensamento. Cabe, então, apresentar um breve histórico dos símbolos e significados que as ilhas têm desempenhado ao longo da história (da história ocidental, principalmente).

A ilha parece ter um lugar especial na imaginação do homem... Além de tudo, ela simboliza um estado de inocência religiosa e de beatitude, isolado dos infortúnios do continente pelo mar... A imaginação da Idade Média povoou o Atlântico com um grande número de ilhas, muitas das quais persistiam até hoje... Os Jardins do Éden e suas Ilhas Utópicas nem sempre foram levados a sério, menos ainda no século XX. Mas a vida moderna no continente lhes garantiu um lugar para onde escapar das pressões do cotidiano (Tuan apud Ramuz, 1997).

Descrições antigas falam de venturosas ilhas perdidas entre as águas do oceano, quase inacessíveis aos mortais. O mesmo poderia se dizer do Éden, fechado desde o pecado original, tendo suas portas vigiadas, sendo considerado um lugar secreto e inacessível (Holanda, 1994).

A ILHA NA MITOLOGIA PRÉ-HELÊNICA

Mitos chineses descrevem ilhas paradisíacas que somente poderiam ser alcançadas pelos que pudessem voar, ou seja, pelos imortais. Não se conseguia chegar até elas antes de uma preparação espiritual.

Mitos hindus consideravam “ilha” como um local estável em meio ao turbulento oceano, destacando-se o mito da Cidade da Verdade, onde seus habitantes não necessitavam do comércio, pois se consideravam satisfeitos e felizes com o que possuíam. Era o reino do espírito, o sítio da Grande Paz.

Já os mitos egípcios relatam sobre a Ilha da Serpente ou Ilha do Ka, onde encontrava-se a força vital, coisas boas que asseguravam a existência humana. Também era conhecida como Ilha Encantada. Chegando-se até lá, poderiam ser recebidos por uma serpente encantada que daria ao visitante sua proteção e o enviaria de volta, trazendo consigo especiarias e riquezas.

A ILHA NA MITOLOGIA GREGA

A Ilha na mitologia grega era considerada um lugar de refúgio, uma área de contato entre diversas culturas, um local onde se poderia encontrar a felicidade. Ou ainda um local para onde se transfere o desejo da felicidade terrestre ou eterna. Local de natureza generosa, paisagem exuberante, solo fecundo, onde seus moradores poderiam manter-se sem trabalho, esforço ou cansaço, a ilha surge nos relatos da Grécia Antiga como lugar misterioso, em que ocorrem fenômenos fantásticos, sendo habitadas por selvagens, ou sendo mesmo desertas.

A Odisséia, inspirada numa lenda introduzida no início da expansão grega no Mediterrâneo, escrita em fins do séc. VIII a.C., descreve ilhas terríveis e assustadoras. O mar era o reino do desconhecido, dos monstros marinhos, das sereias perigosas, comandado pela divindade marítima Possêidon, que enviava tempestades e ventos, causando constantes naufrágios (Alcântara, 1999a, p.100).

A ILHA NA MITOLOGIA ROMANA

A representação insular grega se alterou na cultura romana, onde ilhas como a do Mar Tirreno ou Ponza “eram usadas como prisão para onde se enviavam, exiladas, as esposas imperiais abandonadas” (Diegues, 1998, p. 7).

O espaço insular era centro de resistência dos romanos, como a ilha da Bretanha que acolhia

os sacerdotes que escapavam das legiões na Gália. As ilhas tinham grande prestígio e significado para os bárbaros que se opunham ao Império Romano, pois para os Celtas e Germânicos elas eram lugares sagrados. Não se tratava de outro espaço em oposição ao continente ou ao mar, mas de um lugar em que o sagrado estava mais bem protegido. Nesse sentido, para os bárbaros era símbolo da liberdade em contraposição ao jugo romano (Peyras apud Diegues, 1998).

O IMAGINÁRIO CRISTÃO MEDIÉVAL

As Ilhas, na Idade Média, foram marcadas pela teologia cristã, que interpretava o mundo através de uma ideologia de harmonia e perfeição.

Na sociedade medieval, as lendas relativas aos seres mágicos e excepcionais que habitam mares e ilhas estão claramente presentes e passam a constituir um elemento importante para se entender aquele período histórico.

Segundo Kappler (apud Diegues, 1998), o imaginário cristão-medieval abordava a ilha de modo a considerá-la como um lugar fechado, admirável, fora das leis que governavam o mundo cristão. Um espaço arbitrário, do imprevisível e da transgressão da ordem moral medieval.

Os viajantes medievais como Marco Polo reutilizam essa mitologia ao descobrirem as ilhas no Oceano Índico, as quais descrevem como locais de grande riqueza em ouro e pedras preciosas, destacando os diferentes costumes de seus habitantes. No imaginário clerical da Idade Média, essa riqueza era constituída de tesouros espirituais.

As lendas envolviam um imaginário fantástico diante da realidade, que não passava de um sonho. As narrativas de viagens apresentavam uma superposição entre o real e o mítico. Até o século XV, não havia preocupação entre discernir o real do fabuloso, tudo era "realidade".

No imaginário cristão medieval, houve ainda a junção das ilhas oceânicas misteriosas da Antiguidade (As Ilhas Afortunadas) e o paraíso terrestre bíblico, de onde a humanidade fora expulsa. Assim, algumas ilhas apresentavam semelhança com o Paraíso terrestre, e eram habitadas por anjos.

A IDÉIA DE ILHA COMO PARAÍSO

O homem, desde tempos remotos, tem associado o paraíso terrestre, de onde teriam sido expulsos nossos antepassados com as ilhas oceânicas, onde a existência se passava fora do tempo e da História. O homem era feliz, livre, não precisava trabalhar e as mulheres eram belas, eternamente jovens.

A versão poética desse paraíso teria surgido entre os povos navegadores (fenícios e gregos), convertendo-se na base do romantismo insular que irá invadir toda a Europa a partir dos grandes descobrimentos marítimos. (Holanda, 1994, p.145)

Em suas peregrinações, São Brendão, no século V, descreve a Ilha dos Santos, meta dos navegadores irlandeses, só atingida após uma longa e perigosa viagem sobre um mar agitado, onde haveriam de enfrentar enormes dragões até chegarem às ilhas sagradas ou malditas. Nessa mesma época, a ilha paradisíaca implicava transgressão à ordem divina.

A transição entre o desconhecido e o desejado, numa primeira etapa das Descobertas, resultou no fantástico e no extraordinário. Diante do desconhecido da época, a imaginação iniciava um processo criativo de imagens que expressavam assombro e ao mesmo tempo admiração (Giucci apud Diegues, 1998).

O EXPANSIONISMO EUROPEU E SUA CONCEPÇÃO DE ILHA

A ilha tropical ocupará posição especial no discurso europeu do século XV até o século XVIII, devido ao expansionismo e às descobertas realizadas na época, sendo utilizada também pela literatura utópica, enfatizando a tranqüilidade oferecida, num local sem conflitos, um retorno à infância, a morada do “bom selvagem”, o paraíso novamente.

Ao mesmo tempo objeto desejado e temido, a ilha tropical aderiu a uma posição de fetiche no imaginário filosófico e literário ocidental.

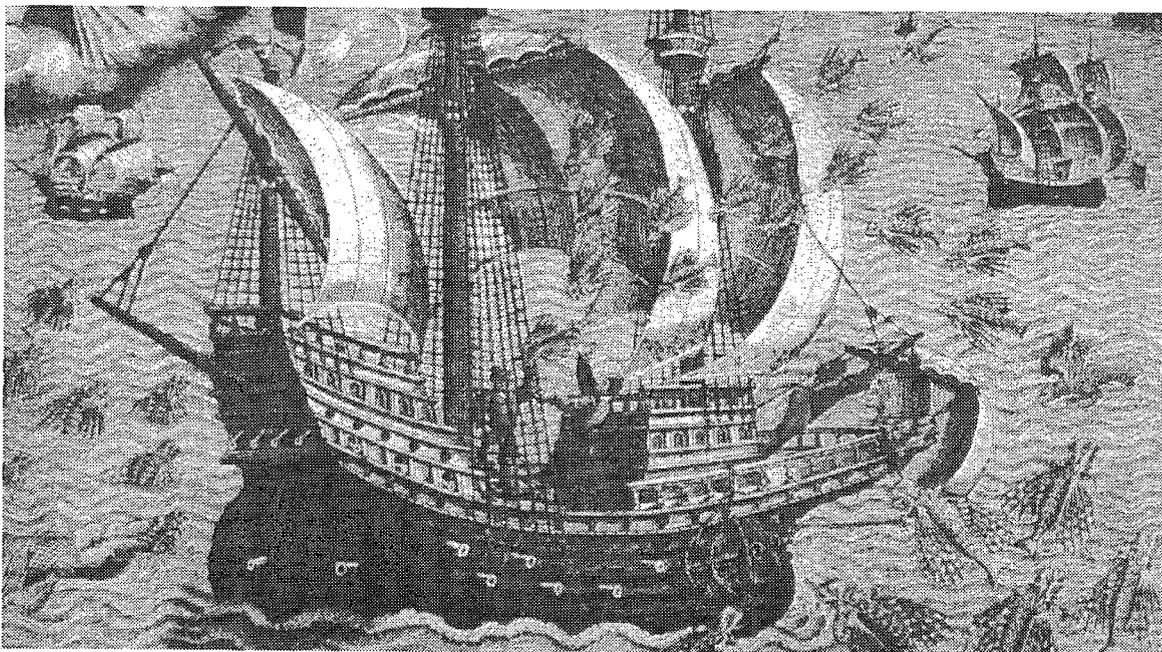
Esse enamoramento primeiro dos europeus com as ilhas, após a tomada de posse, converteu-se em saque e destruição. A ilha tropical tornou-se objeto de troca no mercado ocidental de valores mercantis e simbólicos, espaço invadido, com seus habitantes nativos dizimados ou transformados em escravos.

A ilha toma o sentido de lugar que se encontra na confluência de dois espaços: ao mesmo tempo conhecido e desconhecido, real e fantástico, lugar marcado pela ambigüidade.

O IMAGINÁRIO DAS ILHAS NA EUROPA DO SÉCULO XVIII AO XX

Os relatos e romances sobre as ilhas do Pacífico se multiplicam, na Europa, a partir das grandes viagens realizadas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Esta mitologia das ilhas é talvez a mais sofisticada da época e sua herança literária será verdadeiramente imensa, especialmente entre os franceses e ingleses. Ela será alimentada pela miragem do Tahiti, a partir das calorosas descrições, que desta ilha farão os navegantes do Pacífico.

Pode-se começar citando a vida e *As aventuras de Robinson Crusóe*, escrita em 1719, por Daniel Defoe, que descreve a respeito de utopias sociais, embora reafirme os valores morais burgueses existentes na Inglaterra, motivo pelo qual não pode ser considerado utopista radical. Defoe enfatiza a importância do trabalho e a capacidade de invenção humana para construir a cultura com base na natureza selvagem. No processo de socialização do indígena, Defoe retrata os valores da sociedade capitalista inglesa, do século XVIII, reafirmando os valores vigentes.



Théodore de Bry, desenhista do século XVI registrou nesta gravura os monstros marinhos e os peixes voadores que viviam na imaginação dos navegantes da época (Amado & Figueiredo, 1999, p. 7).

Nos mesmos moldes, Ballantyne, em meados do século XIX (1858), escreve *A Ilha dos Corais*, em que trata da liberdade na ilha, inexistente na rígida sociedade inglesa.

Em meados do século XVIII, é escrito um dos clássicos da literatura francesa, *Paul e Virgínie*, de Bernardin de Saint-Pierre. Aqui, a ilha é descrita como um refúgio de felicidade, destacando os aspectos paradisíacos. Viviam-se de forma saudável, natural, solidária, sem pecado, diferente da realidade encontrada na metrópole.

Corbin (apud Diegues, 1998) analisa as transformações na percepção dos anglo-saxões em relação à praia e ao mar. No início do século XIX, as ilhas são procuradas como locais naturais, que permitem aos seus visitantes isolamento e contemplação da natureza. A valorização do mundo marinho foi reforçada pelo surgimento da história natural dos ambientes marinhos. Viajantes naturalistas buscando a singularidade das praias isoladas, dos costões e das ilhas, também contribuíram, segundo esse autor, para a apreciação do mundo selvagem.

Podemos ressaltar também o papel dos escritores românticos. Estes fizeram da procura do que restava de “natureza selvagem”, na Europa, o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário, do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime. Nessa procura, as ilhas marítimas e oceânicas desempenharam papel essencial nessa representação do mundo selvagem no século XIX.

Jean-Jacques Rousseau, um dos percursores do Romantismo francês, destacava na ilha um local onde o homem poderia desenvolver suas qualidades de um ser intrinsecamente bom. A ilha é marcada pela saudade, a nostalgia e a lembrança de um paraíso perdido.

Os autores do Romantismo ressaltam, em suas obras, a felicidade e o prazer que o isolamento na ilha oferece, a possibilidade de ali contemplar a natureza e o espírito de aventura que ela desperta, o desejo de dominar o território, as ri-

cas impressões obtidas pela contemplação e as delícias do modo de vida à beira-mar.

Bougainville é um dos que escreve a respeito do estado natural do homem, nascido essencialmente bom, isento de preconceito, que segura os impulsos, pois não havia sido degenerado pela razão.

O estado de inocência e beatitude espiritual do homem “antes da queda” inspira e constrói o mito do bom selvagem.

Júlio Verne não pode ser por nós esquecido. É ele que, no século XIX, irá ressuscitar este gênero já esquecido e inspirado nos sonhos do século XVIII, associando a eles seus próprios sonhos visionários. Basta ver sua *Ilha Misteriosa*, ou *Os Filhos do Capitão Grant*, ou ainda sua *História Geral das Grandes Viagens e dos Grandes Viajantes*, para termos certeza de que o gênero não morrerá.

Por outro lado, já no fim do século XVIII e início do século XIX, o mito das ilhas, assim como aquele do “bom selvagem” começa a desaparecer, a tornar-se menos presente nos textos de viajantes e filósofos.

Viajantes como Lapérouse e Freycinet começam a trazer a decepção (ou seja, a realidade) aos povos europeus a respeito do “bom selvagem”. Freycinet, por exemplo, em 1819, faz um elogio da civilização colocando-se contra os filósofos do século XVIII e os sonhos do homem *in natura*.

Não tenho grande coisa a dizer sobre os lugares que visitamos; são regiões em sua maior parte selvagens. E apesar de tudo aquilo que dizem sobre elas os filósofos do século XVIII, tal estado não é feito para o homem; a natureza o chama a um destino mais alto. Assim, longe de condenar os progressos da civilização, deveríamos desejar que os seres superiores os propagassem entre todos os povos. Se existem grandes abusos entre as nações policiadas, eles não são nada em comparação aos terríveis males aos quais estão expostos, sem

cessar, os infelizes mergulhados na barbárie (os selvagens). (Freycinet apud Freitas, 1996, p. 281)

Toda a decepção que marca as palavras de Freycinet não é resultado de um pensamento equivocado ou mesmo contrário ao de sua época. Tal decepção é, sim, resultante de um maior conhecimento da realidade que permitiu aos europeus perceber que o “bom selvagem” ou o “mito das ilhas paradisíacas” não passavam de uma ilusão. O contato dos europeus com os nativos e terras recém-descobertas permitiu, cada vez mais, que os mitos dessem lugar ao verdadeiro homem que habitava as novas terras, enquanto o paraíso terrestre dava lugar a territórios a explorar e as ilhas encantadas transformavam-se em verdadeiras “terras tropicais”. Como dizem as palavras de Lapérouse, ao atacar os filósofos de sua época: “Eles escrevem seus livros ao pé da lareira e eu viajo há trinta anos.”

Não esqueçamos que, apesar de toda a tradição de lendas e mitos, até meados do século XVIII, os ambientes insulares (praias e mares) eram considerados impróprios à vida humana. O mar simbolizava o espaço da maresia, dos dejetos e “ares fétidos”.

A partir dessa época, transforma-se a visão européia sobre as praias, que passam a ser consideradas como novos lugares de tratamento para a saúde; as ilhas começaram então a ser procuradas por europeus em busca do exótico e do repouso. O progresso da ciência, em particular da oceanografia, contribuiu de forma decisiva para a modificação da visão dos mares pelos europeus. O ambiente insular passa a ser considerado como local de cura para os males do corpo e da alma.

Após 1870, iniciam-se estudos mais detalhados a respeito da particularidade dos povos insulares. No início do século XIX, têm início as descrições do modo de vida das populações litorâneas e insulares, baseado na pesca e na coleta de organismos marinhos. Se a ilha simbolizava

um local onde se podia encontrar traços de uma civilização feliz, que não sofre interferência das mudanças do tempo e que ao mesmo tempo conserva costumes rústicos e sábios desde o início do século XVII, os pescadores ilhéus representavam também o ideal de vida feliz, independente das mudanças ocorridas no continente.

Ainda em meados do século XX, observava-se que as ilhas oceânicas e costeiras, tanto na Europa quanto no Brasil, viviam alheias às grandes mudanças econômicas e tecnológicas que ocorriam no continente, sendo consideradas zonas privilegiadas, locais de relações harmoniosas entre os homens entre si e com a natureza, tudo bem próximo a noção do “bom selvagem”.

Vários estudos, tanto na Europa quanto na Polinésia, demonstram a grande vinculação do ilhéu com o seu território, marcado pela presença de fronteiras definidas, mas essas fronteiras não são necessariamente geográficas, mas sobretudo sociais. Em muitos casos, mesmo depois da quebra da insularidade geográfica pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, especialmente o aéreo, subsiste um núcleo forte de identidade insular que freqüentemente tem raízes profundas na tradição.

ILHA GRANDE: IDENTIFICANDO SIMBOLISMOS E MITOS _____

Pouco a pouco, tanto as ilhas como as praias continentais estão deixando de ser espaços de contemplação dos escritores românticos para se tornarem locais de lazer para os turistas.

Contudo, isso não significa que os mitos tenham desaparecido. Acredita-se, ao contrário, que estes jamais morreram e que sobrevivem dentro daquilo que poderíamos chamar de imaginário ocidental.

Foi justamente esse imaginário que definiu as várias funções da Ilha Grande ao longo da história.

Assim como na mitologia romana, onde as ilhas eram utilizadas como prisão, a Ilha Grande

também abrigava um presídio de segurança máxima, devido ao isolamento e à relativa segurança que oferecia.

A idealização da Ilha Grande como refúgio pode ter suas origens na mitologia grega, nos locais de purificação espiritual, da mitologia chinesa, ou na idéia de paraíso, dos povos fenícios e lugares sagrados, segundo os celtas e os germânicos.

A Ilha Grande já foi utilizada por piratas como rota para a busca de ouro no continente. Utilizada por muitos como refúgio, recanto de paz e tranqüilidade.

As ilhas paradisíacas continuam a povoar o imaginário humano, como um lugar de beleza, de isolamento e de uma vida natural, separada dos males da civilização.

A idéia de santuário intocado busca a preservação desse ambiente que conserva ainda alguns hábitos simples (apesar das modificações ocasionadas pela expansão do turismo) e uma natureza admirável, digna de contemplação e respeito.

Percebe-se que o "paraíso" ganha duas formas de ser visto: o paraíso insular, habitado por pescadores com seus próprios costumes e uma relação particular com seu meio, e o "novo paraíso", ecologicamente protegido da degradação humana (ao menos, é o que se deseja..).

O crescimento do turismo conduziu a uma divisão do espaço litorâneo, sendo parte destinado aos veleiros e aos visitantes e outra parte, reduzida, habitada pelos nativos que conservam ainda alguns costumes tradicionais. Esse espaço modifica-se pouco a pouco, através da substituição das tradições locais pelos costumes dos turistas. Apesar da expansão do turismo nas ilhas no Brasil, alguns locais ainda preservam atividades econômicas tradicionais,

como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal e a criação de pequenos animais.

O aumento do turismo nos ambientes insulares traz em geral mudanças tanto no ambiente físico, quanto no modo de vida tradicional de seus habitantes, muitas vezes culminando com a venda das propriedades dos ilhéus e sua transferência para outras localidades, deixando espaço para a introdução de outras atividades associadas ao turismo. Outras vezes, não resta aos moradores outra alternativa senão viver da renda adquirida também em atividades ligadas ao turismo-veraneio.

Assim, se em alguns ambientes insulares ocorre a rejeição aos turistas vistos como pessoas que podem ameaçar a organização social dos ilhéus,



Vista da Ilha Grande, ao fundo o Pico do Papagaio.

em outros, os visitantes são “incorporados” como importantes na criação de novos meios de sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os mitos criados a respeito dos ambientes insulares descrevem a fantasia do homem e sua admiração por lugares que permitiam o isolamento, a paz, a tranquilidade, enfim a felicidade que todos almejavam desde a Antiguidade.

Ocorrem diversas interpretações e simbolismos em cada época que remetem à busca do homem por um paraíso, representado através das ilhas, como lugar de liberdade e harmonia, onde os homens simplesmente poderiam desfrutar do contato com a natureza.

O caso da Ilha Grande nos descreve um lugar singular, de grande diversidade de ecossistemas, de beleza exuberante. O homem procura de diversas formas impedir a ocupação desordenada da região, através da implantação de diversas unidades de conservação.

A realidade da Ilha Grande hoje é bem mais diversa. As unidades de conservação criadas não apresentam infra-estrutura adequada para impedir a exploração de seus recursos, e são desconhecidas até mesmo por moradores e visitantes. O Paraíso Ecológico da Ilha Grande desponta nos dias atuais como importante local de turismo.

Para que resultados eficazes quanto à preservação da Ilha Grande fossem alcançados, seria necessária uma maior conscientização dos moradores e visitantes quanto à existência das unidades de conservação, seus objetivos, a importância da utilização dos seus recursos de forma adequada e os benefícios adquiridos a médio e longo prazos. Desta forma, teríamos o nosso paraíso, Ilha Grande, utilizado de forma mais racional, evitando a degradação e o desperdício, visto que, nos dias atuais, torna-se inviável o uso de unidades de conservação como áreas inabitadas ou intocadas.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao amigo, Prof. Paulo Roberto Russo, uma pessoa muito querida, pela elaboração, pelo apoio e pelo incentivo que tive durante a realização deste trabalho.

NOTAS

*Trabalho adaptado da monografia de conclusão de curso “Ilha Grande: A construção de um Santuário Ecológico”, defendida em janeiro de 1999, no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UERJ, tendo como orientadora a Professora Doutora Inês Aguiar de Freitas.

** Licenciada em Geografia pela UERJ; Professora da Rede Pública de Ensino do Município de Duque de Caxias e do Estado do Rio de Janeiro; Aluna do Curso de Pós-Graduação em Gerenciamento Ambiental, do Instituto de Biociências, da UNIGRANRIO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, Salete Rodrigues de. *Ilha Grande: a construção de um “Santuário Ecológico”*. 121f. Monografia (Graduação em Geografia), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Unidades de Conservação e Manejo Ambiental: das propostas legais à realidade - o caso da Ilha Grande (RJ). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 8., 1999, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG & Fundação Educacional de Caratinga 1999, p. 552.
- _____. Ilha Grande: a Construção de Um Santuário Ecológico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFOS, 12., 2000, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2000, p. 633.
- BRESSAN, Delmar. *Gestão Racional da Natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996. 111 p.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *Povos e Mares: Leituras em Sócio-Antropologia Marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. 269 p.

_____. *Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. 272p.

_____. *Pour une histoire naturelle de la géographie: les voyageurs-naturalistes français au Brésil au siècle des Lumières*. 455f. Tese (Doutorado em Geografia). Université de Paris IV (Sorbonne), 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. 364 p.

RAMUZ, Pedro Francisco. *Geografia e Turismo: O Caso da Ilha Grande*. 132f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

ABSTRACT

The reasons that take the men to the contemplation of the nature and the constant look for for a harmonious relationship with the middle, they can be found starting from the Antiquity, through a more imaginary than real geography. It is in that context that we see the birth of the ideas regarding the isolation that the island offers,

representing a refuge, a harmony atmosphere and happiness, finally, a paradise to be preserved. And it is in that thought line that we presented an attempt here of understanding the concern in transforming the Ilha Grande (in Rio de Janeiro) in a "Ecological Sanctuary".

KEYWORDS:

Ilha Grande; Ecology; Imaginary; Mytes; Islands.

